



**Mulheres Agricultoras no Extremo Sul de São Paulo: entre a  
construção do território e a construção dos sujeitos  
agroecológicos**

*Mujeres Agricultoras en el Extremo Sur de São Paulo: entre la  
construcción del territorio y la construcción de los sujetos  
agroecológicos*

E2\_06\_11 - Ciudad y Naturaleza ante los Conflictos en la Urbanización de  
las Periferias Latinoamericanas.

**Renato Cymbalista**

FAU-USP, Brasil

[rcymbalista@usp.br](mailto:rcymbalista@usp.br)

**Izabela Alves Borba**

FUA, Brasil

[izabela.a.borba@gmail.com](mailto:izabela.a.borba@gmail.com)

**Juliana Neumann Borges**

PUC-SP, Brasil

[ju.neumann@gmail.com](mailto:ju.neumann@gmail.com)

**Larissa Viana Nunes**

FFLCH-USP, Brasil

[larissaviana@usp.br](mailto:larissaviana@usp.br)

**Maurizio Pioletti**

FAU-USP, Brasil

[maurizio.pioletti@usp.br](mailto:maurizio.pioletti@usp.br)

**Resumo:** Por décadas, Parelheiros foi percebido como lugar de ausência, nem produtivo, nem urbanizado. A lei de proteção aos mananciais (1976) mostrou-se incapaz de prevenir a urbanização periférica e precária. O plano diretor de 2002 declarou urbano todo o município. Apesar disso, desde 2010 os agricultores do extremo sul vêm se organizando, adquirindo consciência de suas identidades, relevância na construção de alternativas ao crescimento urbano insustentável, e legitimação por parte da sociedade civil e da Prefeitura. Em 2014, o novo plano diretor declarou rural o 30% do município.

Pensando nisso, como as pessoas decidem se tornar agricultores periféricos? Quais são as identidades, desejos, capacidades em jogo? Como se constroem as atitudes e ações de pertencimento? Como se constitui o sujeito social? Observa-se uma insurgente liderança de mulheres e então, narra-se a história de três agricultoras agroecológicas, cruzada com a história de Parelheiros e sua

ocupação, das políticas públicas e do olhar da sociedade sobre essa porção do território.

Valéria, uma das fundadoras da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo, e Vânia produzem orgânicos, usam tecnologias sustentáveis e promovem turismo de base comunitária.

Luzia, migrante paraibana, é agricultora de segunda geração na terra comprada pelos pais, comprometida com a agroecologia, o processo de regularização fundiária e o fortalecimento das mulheres nas lideranças locais por meio da Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas.

A prática da agricultura familiar permite a permanência dos usos cívicos rurais, o manejo agroecológico e é o produto do desenvolvimento da vida de mulheres empreendedoras, que enfrentam desafios como a segurança da posse, a limitada renda econômica e o impacto climático no cultivo. As histórias apresentadas têm sido reconstruídas por meio da observação direta em campo e entrevistas focadas em relatos de afeto com os familiares e com o território.

**Palavras-chave:** Mulheres Agricultoras; São Paulo; Agroecologia; Agricultura familiar; História de vida.

**Resumen:** *Durante décadas, Parelheiros fue considerado un lugar ausente, ni productivo ni urbanizado. La ley de protección de los manantiales (1976) se mostró incapaz de prevenir la urbanización periférica y precaria. El plan director de 2002 declaró urbano todo el municipio. A pesar de ello, desde 2010 los agricultores del extremo sur se han organizado, tomando conciencia de sus identidades, de su relevancia en la construcción de alternativas al crecimiento urbano insostenible y de su legitimación por parte de la sociedad civil y del Ayuntamiento. En 2014, el nuevo plan director declaró rural el 30 % del municipio.*

*Pensando en ello, ¿cómo deciden las personas convertirse en agricultores periféricos? ¿Cuáles son las identidades, los deseos y las capacidades en juego? ¿Cómo se construyen las actitudes y las acciones de pertenencia? ¿Cómo se constituye el sujeto social? Se observa un liderazgo insurgente de las mujeres y, a continuación, se narra la historia de tres agricultoras agroecológicas, entrelazada con la historia de Parelheiros y su ocupación, las políticas públicas y la mirada de la sociedad sobre este territorio.*

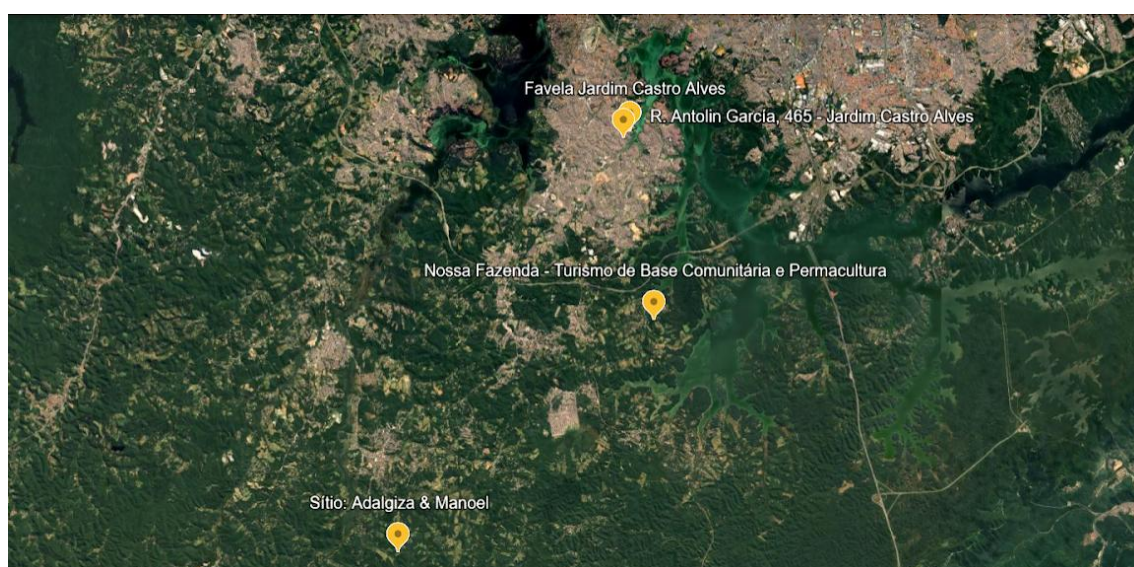
*Valéria, una de las fundadoras de la Cooperativa Agroecológica de Productores Rurales y de Agua Limpa de la Región Sur de São Paulo, y Vânia producen productos orgánicos, utilizan tecnologías sostenibles y promueven el turismo comunitario.*

*Luzia, migrante de Paraíba, es agricultora de segunda generación en la tierra comprada por sus padres, comprometida con la agroecología, el proceso de regularización de la tenencia de la tierra y el fortalecimiento de las mujeres en el liderazgo local a través de la Red de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas.*

*La práctica de la agricultura familiar permite la permanencia de los usos cívicos rurales, el manejo agroecológico y es el producto del desarrollo de la vida de mujeres emprendedoras, que enfrentan desafíos como la seguridad de la tenencia, los ingresos económicos limitados y el impacto climático en el cultivo. Estas historias han sido reconstruidas a través de la observación directa en campo y entrevistas centradas en relatos de afecto con los familiares y con el territorio.*

**Palabras-clave:** *Mujeres Agricultoras; São Paulo; Agroecología; Agricultura familiar; Historia de vida.*

### **O extremo Sul do Município de São Paulo: mosaico diverso no presente, um futuro em aberto**



**Figura 01:** porção sul da Região Metropolitana de São Paulo, mostrando o patchwork entre áreas urbanizadas, agrícolas e de preservação, e os territórios narrados neste texto, com as propriedades ocupadas em diferentes momentos por Vânia, Valéria e Luzia. Imagem Google Earth, 2026.

Os atuais distritos de Grajaú, Parelheiros e Marsilac, na extremidade Sul do município de São Paulo, ocupam uma posição singular na história urbana da metrópole paulista. Fazem a transição entre o planalto e a Serra do Mar, um dos pontos de maior biodiversidade do mundo (Garcia e Pirani, 2005). Conforme mostra a Figura 1, o território presente é um mosaico que intercala regiões urbanizadas, cultivadas e florestadas. Nosso olhar condicionado pelas lógicas analíticas da “expansão urbana” e do “crescimento periférico” é logo levado a imaginar que as partes verdes nas bordas da cidade estão em processo de desaparecimento para dar lugar à periferia cinza e densa. Mas não devemos naturalizar a passagem do rural ao urbano como algo inexorável. As porções verdes da imagem não são resquícios ou sobrevivências de um passado, mas construções ativas do presente, fruto de trabalhos de vida, desejos, institucionalidades, e também políticas públicas. Como tal, são projetos de futuro, disputando o território com outros projetos. Esses projetos só são identificáveis conhecendo a fundo as terras, os lotes e as trajetórias das pessoas que dão sentido a elas. Este texto faz isso, olhando para a trajetória de três agricultoras

agroecológicas do extremo Sul do município de São Paulo. Se compreendemos as lutas, sonhos, desejos e frustrações das protagonistas desse território, teremos mais chances de construir alianças e ajudar processos de transformação e conservação.

O caminho indígena que conectava o planalto ao litoral passava por esse território desde antes da chegada dos europeus, conectando o atual Santo Amaro a Itanhaém. As primeiras sesmarias portuguesas datam do século 17, quando a região era um sertão distante da Vila de Santo Amaro. No século 19 a região se configurou como uma espécie de retaguarda rural e de serviços de Santo Amaro e São Paulo. Na década de 1820 o Império assentou na região um conjunto de famílias alemãs, que promoveu o início da agropecuária, mas participou de ações de destruição da floresta para a produção de carvão vegetal e extração de madeira para a construção, extração de terra para a produção de tijolos, mineração de areia para a construção. Um primeiro núcleo urbano se estabeleceu em torno do cemitério dos alemães (Zenha, 1950).

No século 20 chegam à região as grandes infra-estruturas: em 1906 a empresa *Light and Power* canadense inicia o represamento do rio Guarapiranga e seus tributários Embu-Guaçu e Embu-Mirim para a construção da represa destinada à geração de energia; em 1927 a mesma empresa inunda o rio Jurubatuba para armazenar água para a geração de energia pela usina de Henry Borden em Cubatão (de Lima Seabra, 2018). No lugar da floresta, em alguns pontos a Light plantou eucaliptos para a produção dos postes que sustentavam as redes de energia elétrica e telefonia da cidade. Em 1929 iniciou-se a construção do ramal de Santos da ferrovia Sorocabana, que havia sido estatizada havia alguns anos. O ramal viabilizava uma sonhada alternativa ao monopólio da Santos Jundiaí, inaugurando-se a estação Evangelista de Souza em 1935, para onde convergia o carvão que alimentava os trens e a madeira que era levada ao centro da cidade para a construção. Neste ano, o município de Santo Amaro foi incorporado a São Paulo, tornando o território ainda mais periférico em relação ao centro administrativo municipal (São Paulo Estado, 1935).

Em meados do século 20, a paisagem da região estava quase toda desprovida da floresta nativa, em alguns pontos com reflorestamento para a produção de carvão e postes, pontos de cavas para a extração de terra e areia para a produção de tijolos, alguns loteamentos de lazer na beira das represas, uma pequena produção agropecuária. Na década de 1940 chegaram agricultores japoneses para a produção de hortaliças e plantas ornamentais (Taniguti, 2015).

O local era uma retaguarda rural com pouca viabilidade para a moradia. Na década de 1950, um novo ramal da ferrovia Sorocabana passou pelo território para encurtar o caminho entre a capital e o porto de Santos, passando pela margem do rio Pinheiros e por Santo Amaro. Em 1971, a Sorocabana foi extinta e incorporada à Fepasa, grande estatal ferroviária do estado de São Paulo, que converteu parcialmente o ramal de Santo Amaro em trem de subúrbio. Foram construídas estações em Grajaú, Varginha e Parelheiros, facilitando o transporte a diversas regiões e originando a ocupação do território como moradia popular da metrópole. Na década de 1930, já existia uma linha de ônibus



conectando Santo Amaro a Marsilac, percorrendo a antiga estrada de terra que permitia o acesso às propriedades rurais, a loteamentos e sítios de lazer. Em volta das paradas de ônibus foram se formando bairros e loteamentos. Aos poucos, partes do território foram se configurando como algumas das periferias distantes da cidade. O processo se acelera nas últimas décadas do século 20, com o aumento da motorização e a instalação de novas linhas de ônibus. A ocupação periférica manifesta-se de forma mais espetacular na urbanização da região de Vargem Grande. Em 1987, uma associação de moradores captou recursos de 3 mil famílias e comprou a fazenda do alemão João Reimberg, ocupando parte do território conhecido como Cratera de Colônia (Voivodic, 2017).

Enquanto parte do território é convertida em periferias pobres em um processo em curso até os dias de hoje, outros movimentos desenhavam diferentes perspectivas de presente e de futuro para a região, buscando garantir o abastecimento de água, os modos de vida indígenas, a permanência de usos rurais, a exploração dos recursos naturais e históricos para o turismo.

A represa de Guarapiranga foi convertida de produção de energia em reservatório de água em 1928, ação não articulada com uma estratégia fundiária. Na década de 1970, iniciam-se ações dedicadas à preservação. Em 1967 foi instituída a Região Metropolitana de São Paulo, criando-se a instância de planejamento metropolitano. Em 1975 as bacias e cabeceiras dos rios que alimentam a Guarapiranga e a Billings foram declaradas como área de proteção aos mananciais, significando uma grande redução de índices de ocupação e usos permitidos (São Paulo Estado, 1975). A instituição da área de mananciais era essencialmente uma estratégia de regulação e controle, e não foi capaz de criar alternativas ao crescimento das periferias ilegais (de Lima Seabra, 1997). Para dar mais eficácia às ações de preservação, em 2001 foi criada a Área de Preservação Ambiental (APA) Capivari Monos, com um conselho gestor composto por representantes da região. Foi uma medida importante, porque trouxe a gestão territorial e a articulação entre políticas públicas para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município (Bellenzani, 2001). Em 2006, o modelo foi replicado na APA Bororé-Colônia (Miketen, 2013), e está em debate a criação da terceira APA, Embura-Jaceguava (São Paulo Município, 2023). Em 2014, os proprietários e moradores conseguiram redesignar uma parte significativa do território como zona rural, significando também o aumento de visibilidade e de legitimidade para os modos de vida locais (São Paulo Município, 2014).

Outra frente de ação é a garantia da preservação por meio de desapropriações e criação de parques e unidades de conservação. Em 1977, foi criado o Parque Estadual da Serra do Mar, que atinge o extremo Sul do Município de São Paulo (São Paulo Município, 1977). Em anos recentes foram criados diversos parques, como Cratera de Colônia (2007), Linear Parelheiros (2009), Jaceguava (2012), Varginha (2012), Bororé (2012), Itaim (2012), Nascentes do Ribeirão Colônia (2020). Em 2024, a Prefeitura declarou de utilidade pública uma grande proporção do território de Parelheiros com a intenção de criação de áreas de preservação como o Parque da Borda da Serra do Mar, com 6.458 hectares, e a ampliação do parque da Cratera de Colônia. As desapropriações já

começaram a acontecer, como a área da Fazenda Castanheiras, de 426 hectares, desapropriada em 2025 (São Paulo Município, 2025).

A presença indígena é também fator de preservação. Um caminho indígena atravessa a região desde antes da colonização, mas não há registros de assentamentos permanentes. Na década de 1960, um grupo de indígenas Guarani Mbya vindos do Paraná se estabeleceu na região, criando duas aldeias, Krukutu e Barragem. Em 1987, essas aldeias foram delimitadas como Terras Indígenas, com um território muito restrito de 25 hectares (Krukutu) e 31 hectares (Barragem). Os grupos indígenas protestaram durante anos e em 2012 foi delimitada a Terra Indígena Tenondé Porã, uma grande área de 16 mil hectares perpassando os municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, Itanhaém e São Vicente, parcialmente sobreposta com o Parque Estadual da Serra do Mar e contendo em seu território 12 aldeias Guarani. Com a declaração da Terra Indígena (TI) Tenondé Porã proprietários de terras dentro do perímetro devem ser desapropriados e indenizados, em um processo ainda em curso.

Os conselhos das APAs são instâncias de articulação de usos e projetos compatíveis com a preservação. Em 2014, foi criado o Polo de Ecoturismo na extremidade Sul do município, compreendendo 28% do seu território e aproveitando a história de turismo e lazer ligados às represas, chácaras de fim de semana e o potencial natural. O Polo promove atividades turísticas compatíveis com a preservação, mapeia os sítios de interesse, apoia os empreendedores, leva turistas aos locais por meio do programa *Vai de Roteiro* que garante transporte gratuito aos interessados. Existe um Grupo de Trabalho especificamente voltado ao turismo no conselho gestor da APA Capivari Monos, que coleta as reivindicações do território e articula as diferentes ações do poder público, resultando em significativo aumento da atividade turística nos últimos anos.

As atividades agrícolas vêm passando por importantes mudanças. No final da década de 1990, alguns dos cerca de 300 agricultores atuantes na região começaram a fazer cursos de agricultura orgânica e realizaram a conversão agroecológica de suas produções. Os nomes de pessoas como Lia Goes de Moura, Massuê Shirazawa, Ernesto Oyama, Tomi Kunikawa começam a circular como agricultores que conseguem compatibilizar as atividades de plantio e a preservação do território. Em 2006, foi instituída pela Prefeitura a *Casa da Agricultura Ecológica (CAE)* de Parelheiros. Em 2011 um grupo de agricultores orgânicos da região criou a *Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas)*, que começou a fazer a certificação comunitária das propriedades, processo alternativo às caras certificações oficiais. A *Cooperapas* apoia a comercialização, participa de feiras orgânicas e dá visibilidade aos agricultores. Em 2016, o projeto *Ligue os Pontos*, de aproximação entre produção e consumo de alimentos, ganha um importante prêmio internacional, consagrando a legitimação da produção agrícola no sul do município.

Nesse processo de crescente visibilidade para a agroecologia em regiões periféricas, como as pessoas decidem se tornar agricultores? Quais são as identidades, desejos, capacidades em jogo? Como se constroem as atitudes e ações de pertencimento? Como se constitui o

sujeito social agricultor agroecológico? Observa-se uma forte liderança de mulheres nesse processo e então, nesse artigo, para responder a essas perguntas, narra-se a história de três agricultoras agroecológicas. Duas delas são um casal homoafetivo, Valéria e Vânia, proprietárias da Nossa Fazenda, um pequeno sítio voltado para a produção de alimentos e educação ambiental, que está se desenvolvendo para se tornar um local ecoturístico na região. São mulheres comprometidas socialmente, Valéria é uma das fundadoras da *Cooperapas* e Vânia é uma das criadoras do coletivo Amaras, de mulheres cozinheiras do extremo Sul de São Paulo.

Luzia, migrante da Paraíba, é agricultora de segunda geração na terra dos pais, comprometida com o processo de regularização fundiária, o desenvolvimento das práticas agroecológicas e o fortalecimento das mulheres nas lideranças locais por meio da *Rede de Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas (RAPPA)*. Luzia também é docente em curso de alfabetização para adultos.

As práticas de agricultura agroecológica familiar permitem a permanência dos usos cívicos rurais, o manejo agroecológico e são o produto do desenvolvimento da vida de mulheres empreendedoras e comprometidas, que enfrentam desafios como a segurança da posse, a limitada renda econômica e o impacto climático no cultivo. As histórias apresentadas foram construídas durante entrevistas e visitas a campo, e mostraram os relatos de afeto com os familiares e com o território.

### **Vânia e Valéria da Nossa Fazenda**

Os pais de Valéria nasceram no interior de São Paulo e moraram em um sítio em Presidente Epitácio. Com a expansão agropecuária, os grandes fazendeiros foram comprando sítios menores e expulsando as famílias. Isso aconteceu com os pais de Valéria, que perderam sua terra, foram para a Vila Formosa na periferia da Capital em 1949 e se casaram em 1952. Em 1960, compraram um terreno em Guaianazes, onde construíram sua casa, onde nasceram a Valéria em 1968 e seus cinco irmãos. Apesar do terreno ser pequeno, o pai sempre quis mostrar como a terra poderia gerar recursos e garantir comida. Quando tinha oito anos, Valéria ganhou uma pequena muda de ipê, que trouxe para casa como um tesouro. O ipê foi uma árvore simbólica em sua vida e foi reencontrá-la muitos anos depois. Trabalhou desde muito jovem. Conseguiu estudar até concluir o ensino médio em 1993.

Vânia nasceu em 1965 em Juazeiro do Norte, no Ceará. A mãe faleceu quando ela tinha dois anos, e o pai abandonou a família. Foi criada pela tia, pela avó e pela família materna. Foi um período feliz, mas quando a tia decidiu adotá-la como filha, o pai retornou, já comprometido com outra mulher e não permitiu a adoção. Vânia sofreu abusos por um sobrinho de sua madrasta e pelo pai da mesma, que era considerado seu “avô”, até que fugiu com uma amiga para São Paulo em 1985. Em São Paulo, Vânia foi morar no Jardim Castro Alves no Grajaú, na Zona Sul, às margens da Represa Billings, onde começou a trabalhar numa creche com mais de 100 crianças no bairro. O bairro havia sido criado por

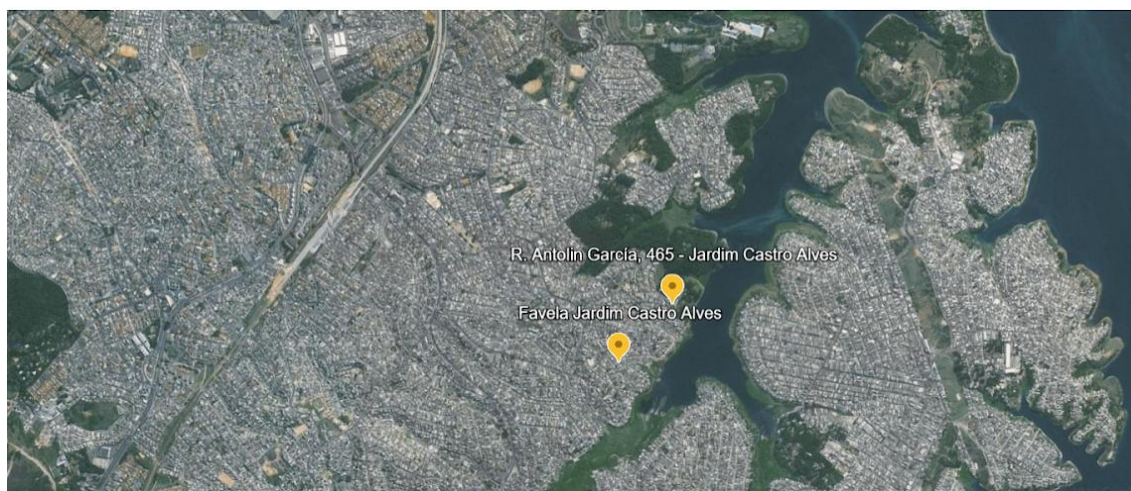
loteamentos irregulares na década de 1980, os serviços públicos eram quase inexistentes, e a creche era uma solução de vizinhança que permitia às mães trabalharem fora do bairro.

Com a morte do pai em 1991, Valéria mudou-se em 1992 para o Jardim Castro Alves com sua irmã. Trabalhavam com costura. A irmã de Valéria tinha uma filha, que estudava na creche onde Vânia trabalhava. Um dia, Vânia escreveu uma mensagem para Valéria no caderno da menina, assim se conheceram e começaram a namorar. O ano era 1993 e o namoro virou uma vida inteira em parceria.



**Figura 02:** Vânia e Valéria em 2025. Foto: Valéria Maria Macoratti.

Em 2000, começaram a buscar uma casa para comprar no Jardim Castro Alves (Rua Antolin Garcia, 465). Encontraram uma casa adequada por R\$ 45.000. Elas quase não tinham reservas, mas pagaram uma entrada com dinheiro emprestado e parcelaram o restante em 36 vezes. A transação foi feita na confiança, sem documentos registrados em cartório. Em 2003, quando terminaram de pagar a primeira casa, compraram uma segunda casa por R\$ 4.500 (entrada de R\$ 3.000 e três parcelas de R\$ 500) em uma favela também no Jardim Castro Alves. Essa casa tinha uma função econômica, era usada para lavar a roupa e outras atividades, pois água e luz na favela eram conectadas informalmente e não tinham custo. A casa foi reformada, e foi vendida por R\$ 12.500 em 2007.



**Figura 03:** Jardim Castro Alves, Grajaú. Localização das duas propriedades de Vânia e Valéria. Imagem Google Earth - Imagens Históricas, 2004.



Em 2007, começaram a buscar um lugar para colocar seus 15 cachorros. Conheceram a Chácara Santo Amaro, um bairro ainda com características rurais, 8 km ao sul do Jardim Castro Alves. Compraram uma chácara de 1.000 m<sup>2</sup> com uma casa de madeira por R\$ 25.500. Venderam a casa da favela do Jardim Castro Alves e com o dinheiro pagaram a entrada para essa casa. A chácara tinha um ipê amarelo, a mesma árvore que Valéria lembrava de sua infância. O dinheiro das parcelas veio da venda de hortaliças. Naquela época, Valéria fez um curso de agricultura orgânica perto da subprefeitura de Parelheiros e encontrou sua vocação como agricultora. Isso determinou também as estratégias de compras de terras do casal. Elas mudaram-se do Jardim Castro Alves para a Chácara Santo Amaro.

Do outro lado da rua vendia-se um terreno muito atraente de 3.800m<sup>2</sup> por R\$ 40.000, com uma casinha de dois quartos, cozinha, banheiro, uma varandinha e uma garagem pequena, um depósito de ferramentas, e um grande jardim. Em 2009, conseguiram comprar esse sítio, que batizaram de Nossa Fazenda. O dinheiro para a entrada foi obtido com empréstimo de um conhecido, com juros de 3% ao mês, o restante foi pago em 20 parcelas. Mudaram-se para a Nossa Fazenda e deixaram a casa do Jardim Castro Alves alugada. Na Nossa Fazenda, passaram a plantar e comercializar hortaliças, e isso despertou o interesse em substituir o uso de agrotóxicos por práticas agroecológicas. Em 2010, a Valéria fez um novo curso de agricultura biodinâmica, em Botucatu, com bolsa de estudos. Em 2011, participou da fundação da *Cooperapas* junto com outros agricultores agroecológicos da região. Com a *Cooperapas* veio um novo círculo de amigos e parceiros, dedicados ao avanço da agroecologia na região e unidos para melhorar as condições de produção e escoamento de seus produtos agroecológicos. Fizeram vendas, participaram de feiras orgânicas e constituíram-se como atores políticos da região.

A mudança para a Nossa Fazenda em 2009, a realização de cursos de agricultura orgânica e a inserção na comunidade de agricultores da *Cooperapas* significou uma completa reconstrução da identidade do casal. De sujeitas periféricas, tornaram-se sujeitas agroecológicas. Esse passo significou um enorme ganho de prestígio, redes de contatos e oportunidades de trabalho e renda. Por outro lado, exigiu muita dedicação, e a necessidade permanente de agregar novos conhecimentos e estratégias.

Com a comunidade organizada na *Cooperapas* vieram contatos e relações. A horta despertou interesse de muitas pessoas, que começaram a visitar o local. Em 2013 começaram visitas mais sistemáticas de crianças. Começaram algumas visitas promovidas pelo SESC. Os espaços da Nossa Fazenda estavam se organizando: galinheiro, recepção dos visitantes e banheiro seco. A palavra-chave do local era "compartilhar" experiências e saberes. Por isso, o espaço de recepção e vivência ao lado da cozinha externa foi simbolicamente chamado de Portal do Saber. Muitas dessas visitas eram remuneradas, a recepção passa a ser uma atividade geradora de recursos.



**Figura 04:** Mapas do núcleo principal da Nossa Fazenda, 2009 e 2025.

Enquanto a Nossa Fazenda e a *Cooperapas* davam seus primeiros passos, as políticas públicas também se articulavam para apoiar os sujeitos agroecológicos. Entre 2017 e 2024, participaram de um projeto de estruturação do turismo de base comunitária na região, coordenado pela ONG *Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC)*, batizado de *Acolhida em Parelheiros* e inspirado em um projeto em Santa Catarina. Neste projeto, puderam visitar propriedades que fazem turismo rural de base comunitária e pensar em estratégias para potencializar essa atividade na Nossa Fazenda. Em 2019 tomaram conhecimento de um edital da *Adesampa*<sup>1</sup>, o *Novos Negócios*, ligado ao programa municipal *Ligue os Pontos* de desenvolvimento da agricultura na zona Sul. O edital oferecia um subsídio de R\$ 35.000 a fundo perdido para empreendedores do extremo Sul de São Paulo. Fizeram um projeto de conversão de um barracão de ferramentas em uma cozinha industrial para produzir e servir comida aos visitantes. Fizeram um curso, definiram um projeto, apresentaram um pitch, e ganharam o dinheiro. Foi o primeiro subsídio público que acessaram. Ganhar esse edital público alargou os horizontes do casal: era possível acessar recursos com projetos, não apenas no corre cotidiano.



**Figura 05:** A estrutura externa da cozinha reformada com o financiamento de Ligue os Pontos na Nossa Fazenda. Foto de Maurizio Pioletti (2025).

<sup>1</sup> ADE SAMPA Agência São Paulo de Desenvolvimento é um serviço municipal voltado ao desenvolvimento do empreendedorismo periférico, ou seja, a fortalecer e apoiar as pessoas que têm, ou querem abrir, um negócio nas periferias da cidade de São Paulo, fornecendo acompanhamento e assistência técnica. <https://adesampa.com.br/>

A situação financeira ficava mais estável, e os 3.800 m<sup>2</sup> da Nossa Fazenda começaram a ficar pequenos para o cultivo e a recepção de pessoas. Ao mesmo tempo, elas viam os terrenos vizinhos serem ocupados de forma precária e degradando o ambiente. A partir de 2021 iniciaram um processo de expansão da Nossa Fazenda. Em 2021, compraram de um vizinho um lote de complemento de 300m<sup>2</sup> por R\$ 25.000 que juntava o lote principal da Nossa Fazenda com outro lote de 1.088 m<sup>2</sup>, comprado o ano seguinte por R\$ 90.000, dando uma entrada que conseguiram com doações e empréstimos de conhecidos. Esses dois terrenos permitiram a criação de um estacionamento, facilitando a entrada de ônibus e vans de visitantes. Em 2024 compraram um lote de 600m<sup>2</sup> de um vizinho que era professor de geografia e sabia que com elas a vegetação seria preservada. Esse lote foi comprado por R\$ 70.000, sendo R\$ 30.000 de entrada e 26 parcelas de R\$1.500.

Em 2024, outro lote de 280 m<sup>2</sup> foi adicionado por R\$ 25.000. Em 2025 foi feita a expansão mais importante. O vizinho, que tinha um lote de 4 mil m<sup>2</sup>, morreu, e em seu terreno existiam 7 casas, uma delas um bar, o chamado “Bar dos Corintianos”. Vânia e Valéria temiam que, se as casas fossem compradas, o local se adensaria. Conseguiram empréstimos e doações e compraram, por R\$ 350.000, quase todo o lote (duas pequenas casas ficaram de fora, pois já haviam sido vendidas). A compra foi também feita em parcelas. Nesse espaço há uma piscina e cinco casinhas. Em 2026 elas estão reformando as casinhas para aluguel como quartos turísticos. Um sonho é que a piscina possa ser usada para lazer e fisioterapia da vizinhança. Também pretendem organizar um ponto de venda de produtos agroecológicos, uma cozinha e um forno.



**Figura 06:** Mapa das progressivas aquisições dos lotes da Nossa Fazenda (2007-2025). Imagem elaborada pelos autores (2025).

A Nossa Fazenda vai assumindo feições de comunidade. O casal de amigos Estela e Tim e sua filha Naiara construíram sua casa dentro do terreno da Nossa Fazenda, com técnicas de permacultura. Em 2017, o agricultor Edvaldo começou a trabalhar como estagiário até se tornar agricultor e membro da família. Ele recebeu por dois anos uma bolsa-trabalho da Prefeitura, a *Programa Operação Trabalho (POT)*.



O desenvolvimento da Nossa Fazenda não dependeu apenas de esforço próprio, mas também de políticas públicas que financiaram algumas intervenções, como por exemplo: o projeto *Ligue os pontos* que viabilizou a conversão do depósito de ferramentas em cozinha; o *PO* que remunera duas pessoas que ajudam com a agricultura no sítio; o *Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)* do *Programa Sampa+Rural (S+R)* que financiou um triturador de R\$ 5.000, adubo, bioinsumo e sementes, e o georreferenciamento da propriedade; o *Vai de Roteiro* que recebe grupos de visitantes durante o fim de semana; o *Rolê Agroecológico*, voltado para estudantes da rede pública municipal.

Pelos mesmos processos de construção das periferias da metrópole - compras de lotes a prazo, sem documentos oficiais, baseadas na confiança e na reputação - Vânia e Valéria construíram uma chácara agroecológica de 10.788m<sup>2</sup>. Certamente, sem a sua atuação a região teria dado alguns passos no sentido de se transformar em uma periferia pobre, densa e sem qualidade urbanística. Esse interessante processo de “desperiferização” pelo remembramento de lotes, ainda não documentado na literatura, não teria sido possível sem políticas públicas, e Vânia e Valéria acessam várias delas. Elas não poderiam ter mobilizado todos esses recursos se tivessem seguido sua trajetória de vida como sujeitas periféricas. O passo essencial para abrir este acesso foi a construção do sujeito agroecológico, de interesse estratégico para a Prefeitura e para as políticas públicas.



**Figura 07:** Agrofloresta na Nossa Fazenda. Foto de Maurizio Pioletti (2025).



**Figura 08:** Vistas do Bar dos Corintianos e edifícios adjacentes, incorporados à Nossa Fazenda em 2025. Fotos de Maurizio Pioletti (2025).



## Luzia do Sítio Adalgiza e Manoel

Luzia, nascida em 1963, é agricultora agroecológica, educadora, filha de agricultores do sertão da Paraíba. Seu envolvimento com a agricultura tem raízes na história de seus pais, Adalgiza e Manoel. A história de seus pais começa na cidade de Serraria na Paraíba. Em 1969, com 12 filhos, migram para Bom Jesus de Goiás, mas a luta por melhores condições de vida os levou para São Paulo em 1974.

Ficaram uma semana na Vila Sônia na casa de um tio, depois foram para o Jardim Ângela numa casa alugada, até 1976. Morando no Jardim Ângela, Luzia começou a trabalhar aos 13 anos em um supermercado onde atuou como empacotadora, repositora, balconista e caixa. Os pais foram trabalhar como caseiros em um sítio, levaram os irmãos mais novos. Era um lugar muito insalubre, que Luzia nunca conheceu. Nessa época, Luzia e os irmãos mais velhos trabalhavam no centro da cidade. Moraram por alguns meses em um cortiço onde hoje é o Shopping Frei Caneca.

Em 1977, a família se juntou novamente na cidade de São Paulo e, à procura de uma casa maior, mudaram para Piraporinha, bairro de Santo Amaro. Aos 17 anos, casada e grávida da primeira filha, abandonou os estudos. Teve outra filha no ano seguinte e retornou a estudar com 21 anos. Luzia seguia trabalhando no centro, o que a impedia de voltar diariamente para Piraporinha, ficava hospedada na casa da família do noivo da irmã mais velha, que morava no centro. No mesmo ano, os pais mudaram para o bairro Jardim Consórcio, onde moraram de aluguel até 1981, quando finalmente conseguiram comprar um sobrado. Luzia casou e teve a primeira filha aos 18 anos.

Em 1984, os pais decidiram vender essa casa para buscar uma vida rural em Parelheiros. Compraram um sítio de 7,9 ha na Estrada do Gramado em Cipó-Guaçu. Manoel e Adalgiza se encantaram pelo terreno, deixaram na cidade os filhos, já todos casados, e foram em busca do sonho rural. Os filhos não moravam no sítio junto aos pais, mas costumavam visitá-los com frequência, tornando o sítio o lugar de reunião familiar. Enquanto Luzia seguia sua vida na cidade, seus pais trabalhavam com plantio no sítio. A saúde da sua mãe se agravou, fazendo com que ela voltasse para a cidade para receber tratamento médico. Em uma visita a Gramado em 1997, Adalgiza sofreu um infarto nos braços de Luzia. O momento foi muito traumático. O pai deixou a roça e começou uma nova vida na cidade. O sítio ficou abandonado por 20 anos.

Luzia concluiu o ensino médio aos 27 anos. Em 1996, nasceu o terceiro filho. Em 2003, aos 40 anos, se inscreveu na faculdade de pedagogia através da bolsa de alfabetização. Participou do curso de cooperativismo oferecido pelo *Centro de Educação Estudo e Pesquisa (CEEP)* e fez licenciatura em Pedagogia, passando a trabalhar como educadora da *Educação de Jovens e Adultos (EJA)*. Tempos depois, integrou as Secretarias de Educação das cidades de São Bernardo do Campo e Santo André, atuando como assistente pedagógica nos cursos profissionalizantes na *EJA*. Porém, foi demitida em 2016 por causa de mudanças nos governos municipais que extinguíram os programas profissionalizantes, provocando a descontinuidade da política educacional. No mesmo ano, surge um convite

para trabalhar com o *Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA)* no bairro de Cidade Ademar, zona sul. Era preciso conciliar esse trabalho com outros, pois o salário não era suficiente para cobrir suas despesas.

Em 2014, Luzia havia perdido o pai em um acidente de ônibus. Em 2017, quando estava sozinha enfrentando dificuldades na cidade devido à perda do trabalho, Luzia decidiu se mudar para o sítio, onde tinha um chão garantido, e onde tinha muitas lembranças boas de sua família reunida. Voltar para o sítio representou uma saída de uma situação de emergência, e também um retorno às origens.



**Figura 09:** Luzia no sítio Adalgiza e Manoel. Foto de Maurizio Pioletti (2025).



**Figura 10:** A moradia da Luzia no sítio Adalgiza e Manoel. Foto de Maurizio Pioletti (2025).

Em homenagem a seus pais, Luzia nomeia o sítio de "Adalgiza e Manoel" e retoma a trajetória de vida de seus pais, que ajudaram a comunidade do território a plantar e se alimentar. Foi aí que ela iniciou sua jornada na agricultura, com o sentimento de conexão com suas raízes e através do apoio da vizinhança e dos amigos. A casa dos pais estava arruinada, ela construiu para si uma casa nova. Ao criar vínculos com as pessoas da região, Luzia se envolveu no diálogo sobre os desejos de espaços de cultura e lazer com crianças e jovens. Através do contato com pessoas de maior idade pertencentes ao território, soube de muitos adultos trabalhadores rurais analfabetos, e tentou implantar o *MOVA* na região. Mesmo que essa tentativa não tivesse dado certo, Luzia se tornou educadora no programa *Jornada de Alfabetização de Jovens e Adultos nas Periferias*, abrindo uma sala na Igreja da estrada do Gramado em Marsilac, próximo ao sítio, matriculando doze educandos, a partir de 2025.

Ao conhecer a *CAE*, começou a dar seus primeiros passos na agroecologia e conheceu diversos projetos atuantes no fortalecimento de atividades sustentáveis nas zonas rurais.

Foi convidada a se candidatar ao *Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS)*, sendo eleita como conselheira titular e como representante dos agricultores da zona sul de São Paulo de 2019 a 2021.

Os projetos comunitários foram fundamentais para viabilizar a presença de Luzia no território. Assim como a Nossa Fazenda, o sítio Adalgisa e Manoel integrou-se ao projeto *Acolhida em Parelheiros*, que ajudou a inserir a propriedade em atividades de turismo de base comunitária com recursos iniciais e capacitação. Integrou-se à rede *Ballaio Orgânico*<sup>2</sup> de produtores locais que devia apoiar à construção de um galinheiro estruturado, pelo qual o recurso não foi suficiente. Durante a pandemia, através da rede, distribuíam-se cestas de orgânicos na cidade de São Paulo.

Luzia participou de um curso de implantação de fossa séptica no Sítio Campo Verde, seu vizinho, e entrou em contato com o grupo *Sapiência Ambiental*<sup>3</sup>, que promove a tecnologia social e o saneamento ecológico, recebendo apoio na realização da fossa para evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

Luzia tem uma ampla rede social de conhecidos e amigos, com quem compartilha uma abordagem voltada para a esfera coletiva. Ela participa de mutirões que fazem a difusão da agroecologia. Alguns deles acontecem no seu sítio, como o mutirão de plantio de mudas nativas em regiões de nascentes, organizado em fevereiro de 2025, e promovido pela web pela rede *Green Pill Brasil*<sup>4</sup>.

Integrou-se na *RAPPA*, onde conheceu “mulheres de muita garra e luta a qual tenho muito orgulho em poder fazer parte”. Através do apoio e da formação da *RAPPA* conseguiu se tornar técnica agroecológica, beneficiando da troca de conhecimento e experiência, focada na organização do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais para se fortalecer, em termos de saúde, direitos e autonomia financeira. Luzia participou de um curso de agroecologia para mulheres promovido pela *Sempreviva Organização Feminista (SOF)* no Instituto Federal de Boituva, que se tornou permanente.

Com a ajuda da CAE, conseguiu desenvolver-se como agricultora, e conta que ao fazer parte da agricultura familiar, consegue assistência técnica, insumos, maquinários e outras ferramentas de trabalho.

Em 2024 Luzia inscreveu sua propriedade no Programa de PSA da Prefeitura de São Paulo, e foi selecionada. Está recebendo R\$ 27.000 por ano em pagamento pela preservação. Com esses recursos foi possível cercar e proteger seu terreno, contratar mão de obra para realizar serviços que não conseguiria fazer sozinha, adquiriu mudas e ferramentas.

---

<sup>2</sup> <https://www.brasildefato.com.br/podcast/alimento-e-saude/2021/10/06/ballaio-organico-conheca-a-rede-onde-o-alimento-e-produzido-e-consumido-na-propria-sao-paulo/>

<sup>3</sup> <https://alternativassolidarias.com.br/2021/12/08/tecnologia-social-saneamento-ecologico-e-as-praticas-do-coletivo-sapiencia-ambiental/>

<sup>4</sup> <https://zineverdeverso.noblogs.org/mais-uma-fase-do-processo-de-criacao-de-uma-floresta-de-comida-a-saf-do-futuro-no-sitio-adalgiza-e-manoel/>





**Figura 11:** Luzia participa da oficina organizada pelo FUA no âmbito do Programa de PSA sobre conservação do solo na Zona Sul. Foto de Maurizio Pioletti (2025).

Atualmente, enfrenta alguns desafios, sendo o principal a falta de recursos financeiros suficientes para cuidar sozinha do sítio, devido ao tamanho da área. Ela tem posse da propriedade, mas sendo herdeira junto aos irmãos, é proprietária apenas de uma parte. Isso gera insegurança a nível pessoal sobre os investimentos de dinheiro e trabalho necessários para o desenvolvimento do sítio. Essa insegurança é agravada pelo risco de invasões.

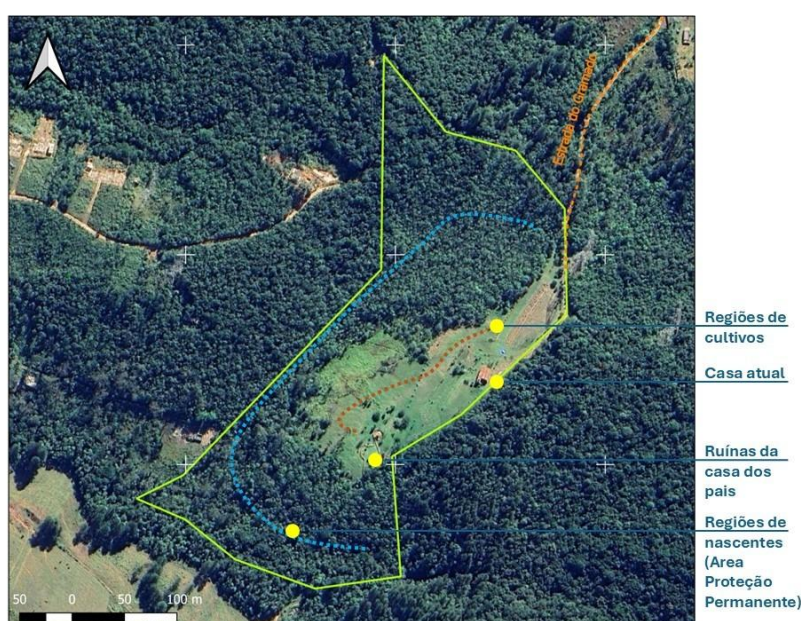


**Figura 12:** Luzia na região das frutíferas no sítio Adalgisa e Manoel. Foto de Maurizio Pioletti (2025).

Outros desafios são a pressão por desmatamento e a crescente urbanização na região. Luzia expressa preocupação com a falta de apoio e a conscientização das pessoas sobre a importância da conservação ambiental, mas ainda assim, tem sonhos para o futuro da região: que a comunidade continue com os projetos sociais e que haja mais políticas públicas que garantam autonomia de trabalho e financeira para os moradores.



**Figura 13:** Luzia na horta orgânica no sítio Adalgisa e Manoel. Foto de Maurizio Pioletti (2025).



**Figura 14:** Mapa do Sítio Adalgisa e Manoel (Geosampa, 2025), elaborado pelos autores.

## Considerações finais

Conhecer a história de vida das pessoas que efetivamente ocupam e produzem os territórios da agroecologia é algo fundamental. No Brasil, são poucos os que possuem reservas financeiras suficientes para investir em seus projetos, a necessidade mais recorrente é a de garantir a sobrevivência em paralelo às escolhas de projetos de vida. São muito necessários outros recursos, como o próprio trabalho, as redes de contatos, o carisma pessoal, o ativismo, as trocas solidárias, projetos com ONGs, recursos de políticas públicas, além de alianças estratégicas com os próprios serviços ecossistêmicos (solo, água, polinização). Esses recursos são também econômicos, ainda que não financeiros (Gibson-Graham, 2014).

Valéria, Vânia e Luzia são moradoras típicas da periferia de São Paulo em alguns aspectos, como a compreensão de que a sobrevivência e a ascensão social são atingidas conforme elas são capazes de reconhecer e mobilizar os recursos disponíveis em favor de



seus projetos. São excepcionais em outros sentidos, principalmente a audácia de assumir modos de vida diferentes do que o mundo tinha preparado para elas. A dimensão de gênero é estruturante desses destinos. As redes de cuidado e solidariedade são decisivas para dar conta dos desafios das propriedades.

A terra agroecológica é viabilizada por caminhos diferentes. No caso de Luzia ela é herdada dos pais, e se por um lado não precisou ser comprada, por outro é insegura por pertencer também aos irmãos. No caso da Nossa Fazenda ela precisou ser viabilizada financeiramente palmo a palmo, e o processo de rememoração e reecologização da terra é notável.

Pelos relatos, as escolhas compensaram enormemente em termos de felicidade, autoimagem, orgulho, prestígio, construção de redes de solidariedade. No caso de Valéria e Vânia, as escolhas compensaram também economicamente, o casal conseguiu sobreviver enquanto constituía patrimônio imobiliário, em um processo de “desperiferização” e ecologização de uma pequena porção do território da metrópole, mostrando que a expansão periférica não é algo inevitável ou inexorável. No caso de Luzia, o retorno à terra agrícola tem um forte caráter identitário e de organização da comunidade.

Ainda que a energia e a capacidade individual de reconhecimento e mobilização de recursos sejam fundamentais, não são suficientes para garantir uma permanência feliz no território. É fundamental a ancoragem das pessoas agroecológicas em pelo menos três níveis: na comunidade, permitindo o acesso informal ao crédito, as trocas solidárias de trabalho, os apoios em urgências; as instituições locais da sociedade civil, tanto as redes locais (*Cooperapas*, *RAPPA*) quanto organizações da sociedade civil que permitem o aporte de recursos externos como *IBEAC*, *FUA*, Instituto Kairós<sup>5</sup>; as políticas públicas, que estão cada vez mais presentes na vida dos agricultores agroecológicos em formato de “Cesta” (*Casa de Agricultura Ecológica*, *POT*, *PSA*, *Editais Adesampa*, *Vai de Roteiro*, *Rolê Agroecológico*), acessada pelo cidadão conforme ele precisa/consegue.

Esses dois últimos níveis, as Organizações da Sociedade Civil de apoio e as políticas públicas, são fundamentais para apoiar as trajetórias, para torná-las mais corriqueiras e menos heroicas. Mas a premissa fundamental é a existência de sujeitos (de direitos, de vontades e de capacidades) que mobilizem essas políticas. Para Vânia, Valéria e Luzia, a atitude agroecológica precedeu todas as demais mobilizações. Se nossa sociedade for capaz de despertar essa atitude em mais pessoas, e de dar suporte para que essa atitude se transforme em modos de vida, teremos chances de um melhor futuro.

---

<sup>5</sup> O Instituto Kairós é uma organização da sociedade civil que atua na promoção da agricultura sustentável, da segurança alimentar e da geração de renda. Sua parceria com a SMDet ocorre por meio de projetos como o Sampa+Rural, voltados ao fortalecimento da agricultura urbana e periurbana em São Paulo. Nessa cooperação, o Kairós capacita equipes técnicas, apoia a transição agroecológica e articula a produção agroecológica com cozinhas comunitárias, contribuindo para o combate à fome e a promoção da alimentação saudável.

## Referências

BELLENZANI, Maria Lúcia Ramos. **A APA municipal do Capivari-Monos como uma estratégia de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DE LIMA SEABRA, Odete Carvalho. A lei de proteção aos mananciais versus a prática social de ocupação na bacia do Guarapiranga. **Rdg Revista Do Departamento De Geografia Usp**, n. 11, pp. 113-133, 1997.

DE LIMA SEABRA, Odette Carvalho. Bacia do Alto Tietê: a montagem do sistema hidrelétrico de São Paulo e sua problemática. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 100, p. 56-84, 2018.

GARCIA, Ricardo José Francischetti; PIRANI, José Rubens. Análise florística, ecológica e fitogeográfica do Núcleo Curucutu, Parque Estadual da Serra do Mar (São Paulo, SP), com ênfase nos campos junto à crista da Serra do Mar. **Hoehnea**, v. 32, n. 1, p. 1-48, 2005.

GIBSON-GRAHAM, J. Katherine. Rethinking the economy with thick description and thin theory. **Current Anthropology**. 55 (9), pp. 147-153, August 2014.

MIKETEN, Simone. **Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SÃO PAULO ESTADO (1935). DECRETO ESTADUAL N. 6.983, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1935. Extingue o município de Santo Amaro, cujo território passa a fazer parte do município da Capital.

SÃO PAULO ESTADO (1975). LEI Nº 898, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975 (Atualizada até a Lei nº 15.913, de 2 de outubro de 2015) Disciplina o uso do solo para proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

SÃO PAULO ESTADO (1977). DECRETO N. 10.251, DE 30 DE AGOSTO DE 1977. Cria o Parque Estadual da Serra do Mar e dá providências correlatas.

SÃO PAULO MUNICÍPIO (2014). LEI Nº 16.050, DE 31 DE JULHO DE 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

SÃO PAULO MUNICÍPIO (2023). PROJETO DE LEI 01-00301/2023 do Vereador Rodrigo Goulart (PSD). Autores atualizados por requerimento: Ver. RODRIGO GOULART (PSD), Ver. THAMMY MIRANDA (PSD). Cria a Área de Proteção



Ambiental Municipal do Embura-Jaceguava - APA Embura-Jaceguava, e dá outras providências.

SÃO PAULO MUNICÍPIO (2025). DECRETO Nº 64.273 de 5 de Junho de 2025. Cria e denomina a Floresta Municipal Fazenda Castanheiras, situada no Distrito do Grajaú, Subprefeitura da Capela do Socorro.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. **Cotia: imigração, política e cultura**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VOIVODIC, Amanda Bonuccelli. **Manancial de contradições: O conflito entre o morar e as políticas de preservação**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ZENHA, Edmundo. A colônia alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura. **Revista do Arquivo**, v. 131, 1950.

Autores, **Entrevista a Luzia**, 18 março 2025, no Sítio Adalgiza e Manoel (São Paulo)

Autores, **Entrevista a Valeria**, 29 março 2025, no Sítio RPPN Curucutu (São Paulo)